

A LUTA PELA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA: HISTÓRIA E ATUALIDADE¹

LA LUCHA POR LA TIERRA EM PUNTAL DO PARANAPANEMA: HISTORIA Y ACTUALIDAD

José SOBREIRO FILHO²

Resumo: Neste artigo visamos compreender a história e atualidade da luta pela terra no Pontal do Paranapanema sob o enfoque geográfico. Diante da complexa realidade de uma região em que o processo de ocupação foi marcado por irregularidades, abusos, devastação ambiental, constantes conflitos e que a atual questão agrária é compreendida por todos estes elementos mais a intensa atuação dos movimentos socioterritoriais camponeses e a disputa territorial travada entre os mesmos e o agronegócio canavieiro, realizamos uma reflexão com o objetivo de identificar os principais elementos destas mudanças. O surgimento dos movimentos camponeses, a intensificação da luta pela terra, a criação e recriação do campesinato, o avanço do agronegócio, a cooptação e integração de alguns movimentos, a fragmentação na luta pela terra causada pela dissensão nos movimentos camponeses, são exemplos claros de mudanças significativas na questão agrária no Pontal. Esse resgate histórico da luta pela terra até a atualidade tem como principal contribuição não só realizar uma leitura da realidade e complexidade da questão agrária atual, mas também de como a questão agrária foi se transformando e quais os rumos e perspectivas da luta pela terra na região.

Palavras-chave: Luta pela terra, Espacialização, Pontal do Paranapanema, MST, Dissensão

Resumen: En este artículo se pretende hacer comprender la historia y actualidad de la lucha por la tierra en el Pontal do Paranapanema, a partir del enfoque geográfico. Frente a la compleja realidad de una región en que el proceso de ocupación fue marcado por las irregularidades, abusos, la devastación ambiental, resultaran constantes conflictos y que la actual cuestión agraria es comprendida por todos estos elementos de mayor intensa actuación de los movimientos socioterritoriales campesinos y la disputa territorial establecida entre los mismos y el agronegocio cañero. Se realiza una reflexión con el objetivo de identificar los principales elementos de este cambio. El surgimiento de los movimientos campesinos, y la intensificación de la lucha por la tierra, y la creación y recreación de campesinado, son ejemplos de los claros cambios significativos en la cuestión agraria de Pontal. Ese rescate histórico de la lucha por la tierra hasta la actualidad, tiene como principal contribución, no solo realizar una lectura de la realidad y complejidad de la cuestión agraria de este momento, si no también de cómo cuestión agraria se fue transformando así como los rumbos y las perspectivas de la lucha por la tierra en la región.

Palabras-Claves: Lucha por la tierra, Espacialización, Pontal do Paranapanema, MST, Disensión

1- Pesquisa financiada pela FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo.

² E-mail - sobreirounesp@gmail.com.

Introdução

Nossa preocupação central neste trabalho é realizar uma leitura atualizada da luta pela terra e suas etapas de desenvolvimento no Pontal do Paranapanema sob o olhar geográfico. No transcorrer das pesquisas realizadas acerca da questão agrária na região sentimos a necessidade de se compreender quais as mudanças na luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Motivado por um conjunto de indagações acerca do imbricamento de elementos antigos com os atuais, o surgimento de novos processos e a constituição de uma nova questão agrária mais agressiva e intensa, nos desafiamos a realizar uma reflexão teórica que sob uma perspectiva histórico-geográfica nos permitisse vislumbrar as mudanças e o que está acontecendo atualmente na luta pela terra no Pontal do Paranapanema.

A ocupação do Pontal do Paranapanema reflete uma história de reconfiguração espacial complexa onde se destacam os processos de territorialização, reterritorialização e desterritorialização em três momentos principais. Portanto, para que pudéssemos evidenciar as mudanças na luta pela terra e seus novos elementos, organizamos este artigo em três partes complementares visando representar a configuração da questão agrária antiga e suas mudanças até a constituição de uma questão agrária atual.

Na primeira parte representamos o conflituoso processo de ocupação do Pontal do Paranapanema e a territorialização do latifúndio através do processo de grilagem visto que este foi determinante na desterritorialização da população indígena para territorialização do capital agrícola e pioneiro na alteração da paisagem da região. Neste processo, com a consolidação do latifúndio os pequenos proprietários e posseiros, que migraram com o intuito de trabalhar na construção das fazendas, também foram desterritorializados pelos latifundiários sendo remetidos para os núcleos urbanos e até mesmo culminando na organização de movimentos camponeses como a liga de Santo Anastácio.

Na segunda parte, destacamos o papel dos movimentos camponeses socioterritoriais organizados, a constituição dos MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e alguns momentos importantes na luta pela terra na região e constituição do movimento, visto que a luta é processo fundamental na consolidação do movimento. A chegada do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema em 1990 foi um marco para luta pela terra na região, por tentar superar o desafio de desentranhar um dos grilos mais complexos do país e as distorções na estrutura fundiária. Este processo é compreendido como fruto da contraditoriedade da lógica de acumulação e reprodução do capital. Assim, a luta pela terra levada a cabo pelos movimentos camponeses visa combater essa lógica e promover a reterritorialização do campesinato por meio da desterritorialização do latifúndio.

Por fim, na terceira parte evidenciamos a atualidade da questão agrária na região. Atualmente o Pontal do Paranapanema se destaca em âmbito nacional por ser uma região com histórico de grilos e intensa atuação dos movimentos socioterritoriais. No transcorrer dos anos, diferenças nos princípios, na forma e prática da luta pela terra acarretaram em dissidências conhecidas como o MAST e o MST da Base liderado por José Rainha Junior. Essas dissidências são produtos de divergências político-ideológicas e atuam na região criando novos elementos e modificando a luta pela terra na região. Elas interferem ativamente no processo de reconfiguração da região construindo novos territórios de enfrentamento ou subordinação ao capital através de seus respectivos projetos políticos e modos de compreender a conflitualidade e questão agrária.

A ocupação do Pontal do Paranapanema

A frente pioneira foi determinante para o processo de ocupação do Estado de São Paulo. De acordo com Pierre Monbeig (1984), na região do Pontal do Paranapanema, o avanço da frente pioneira destruiu o território indígena. Visto a ameaça ao domínio do território, a população indígena objetivando afugentar o homem branco realiza ataque a alguns agrupamentos da frente pioneira, como descreve Leite:

Comprimidos entre as frentes pioneiras procedentes do oeste e o rio Paraná, a oeste, não restara outra opção aos “caigangues” senão atacar, vez por outra, ao pôr-do-sol, ou ao amanhecer, as palhoças instaladas fortuitamente no seio da floresta. (LEITE, 1981, p.43).

Em contrapartida às ações dos indígenas os jagunços realizaram várias expedições com o objetivo de exterminar a população indígena da região.

Porém o revide do colonizador branco era terrível. Era contratar bandos de jagunços armados, cujo objetivo era limpar o território e exterminar o “bugre ateu”. Houve expedições, na época chamadas “dadas”, unicamente para liquidar os índios. (LEITE, 1981, p.43).

A violência do colonizador branco sobre a população indígena revela que o processo de ocupação do Pontal desde o seu início foi realizado através de meios considerados desumanos e provocando a expropriação e o extermínio da população indígena com o objetivo de assegurar a posse do novo território ao colonizador.

Após a “limpeza do território” no final do século XIX ocorreu a abertura da estrada “Boiadeira³” que facilitou a entrada na região. A estrada viabilizaria o transporte de produtos para o comércio e a chegada de nova população. Posteriormente, com a inauguração da Estrada de Ferro Alto Sorocabana a região passou por um processo de valorização das terras.

Outro fator determinante no processo de ocupação do Pontal do Paranapanema foi a lei de Terras⁴, que entre o período de 1850-1856 permitia que pessoas com posses ou sesmarias regularizassem suas terras em uma unidade paroquial, assim as terras registradas eram legalmente consideradas e reconhecidas pelo Estado como domínio particular, transformando as terras em propriedade privada. As terras restantes seriam consideradas devolutas e retornariam para posse do Estado com o objetivo de colonizar e incentivar a imigração e o estabelecimento da agricultura com pequenos agricultores.

No Pontal do Paranapanema a grilagem foi um dos principais processos que determinou e configurou a sua complexa questão agrária. Na região, a grilagem surge com Antonio José de Gouveia que em maio de 1856 teria extraído na paróquia de São João Batista do Rio Verde no município de Itaporanga com o vigário frei Pacífico de Monte Falco o registro da Gleba denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. No registro do vigário ou registro paroquial como também ficou conhecido Gouveia declarou morada nas terras desde 1848.

³ A boiadeira estava aberta desde 1905, ligando as pontas dos trilhos da Sorocabana até as margens do rio Paraná no Porto de Tibiriça, facilitando a passagem do gado bovino proveniente do Estado de Mato Grosso (Leite p. 33).

⁴ Foi uma das primeiras leis agrárias brasileiras, tendo origem após a independência do Brasil e sendo apresentada por Bernardo Pereira de Vasconcelos em 1843 ao Conselho de Estado do Império.

Porém, o registro paroquial era falso e foi realizado em período posterior ao vencimento da Lei de Terras. De acordo com Leite (1998) e Antonio; Fernandes; Valenciano (2006) a posse das terras foi determinada ilegal devido à promulgação da lei 601 em período anterior à realização do registro da fazenda:

Essas falsificações ocorreram visto que os “proprietários” deveriam legitimar as suas posses com base na lei nº 601, de 1850, conhecida como lei de terras. A lei de terras determinava o fim das declarações de posse por meio dos registros paroquiais e permitia apenas a legitimação de terras, devolutas. (ANTONIO; FERNANDES; VALENCIANO, 2006, p. 62).

Embora a posse das terras fosse declarada ilegal José Gouveia teria vendido a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio para Joaquim Alves de Lima que em seguida veio a falecer deixando como herança a posse das terras para seu filho João Evangelista. Este foi o primeiro a tentar a legitimação das terras por meios legais em 1886, porém a tentativa foi mal sucedida.

Outro grilo importante, de dimensão superior ao da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, e que influenciou na história do Pontal foi o da Fazenda Boa Esperança do Água Pehy. Sua origem esta ligada a José Teodoro de Souza que extraiu seu registro paroquial com o Vigário Modesto Marques Teixeira na vila de Botucatu, conhecidamente lavrado no mesmo mês em que ocorreu a posse de José Gouveia. Nos documentos de posse Teodoro alegava morada habitual desde 1847.

As histórias das duas fazendas se cruzam quando o coronel Manuel Pereira Goulart e Francisco de Paula Moraes, genro de José Teodoro de Souza e suposto proprietário das terras, solicitam a legitimação das terras alegando serem possuidores das terras que tiveram posse em 1850 e afirmavam ter diferentes culturas. No mesmo ano (1886) João Evangelista de Lima também tenta o pedido de reconhecimento legal da fazenda Pirapó-Santo Anastácio como sua propriedade. Visto que os processos estavam repletos de falsidades e erros o governo reconhece como nulos, imprestáveis e falsos os documentos.

Entretanto, mesmo sem os reconhecimentos de posse, João Evangelista e Manuel Pereira Goulart acordam em permutar as propriedades. Assim, a Fazenda Boa Esperança do Água Pehy passa a ser de João Evangelista e a fazenda Pirapó-Santo Anastácio de Goulart, que inicia uma corrida para obter a legitimação das terras⁵. Porém, Goulart sabendo que não havia posse legal das terras e que por causa disso a permuta era nula buscou um meio de conseguir o reconhecimento do governo necessário para efetuar transações com “suas” terras.

A obtenção mais favorável e próxima da posse que Goulart conseguiu foi o reconhecimento de uma petição encaminhada ao Ministério da Agricultura que solicitava a alocação de colonos estrangeiros na Fazenda Pirapó-Santo Anastácio em 28 de fevereiro de 1891: “Os termos “sua fazenda” foram suficientes para Goulart e tiveram força de legitimação da sua posse. A partir daí, vendeu, trocou e doou terras.” (LEITE, 1981, p. 43).

A principal consequência da autorização foi o desencadeamento de um processo de venda e trocas. Também, por consequência do não reconhecimento legal das terras, por pensar que as terras continuavam devolutas e em dúvida ao título de Goulart,

⁵ A permuta foi realizada em 11 de janeiro de 1890 no Tabelionato José Manuel de Almeida em Santa Cruz do Rio Pardo. Ver Leite, 1981.

começaram a surgir centenas de “grilos” realizados por aventureiros paulistas e mineiros sobre um “Grilo Mãe” que era a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio (FERNANDES, 1996).

O acesso à região foi facilitado com a abertura da Estrada de Ferro Sorocabana que promoveu a territorialização da grilagem. A estrada se originava em Botucatu e seguia em sentido às margens do Rio Paraná, tendo como intuito viabilizar o acesso do Estado de São Paulo ao Estado do Mato Grosso. A ocupação do território somente se efetivou com a construção da estrada de ferro, fortemente incentivada pelo governo por motivos militares e políticos⁶, que aumentou a procura das terras para o estabelecimento de culturas e sendo determinante para a origem dos municípios e distritos, que por sua vez confirmariam o processo de ocupação da região. A construção da ferrovia facilitou a chegada de comerciantes, aventureiros, especuladores e foragidos. Mas também trouxe imigrantes, como os alemães, italianos, espanhóis e japoneses que contribuíram para a realização de atividades agrícolas, principalmente familiar. Concomitantemente, como pequenos vilarejos, surgiram municípios ao longo da estrada de ferro, como: Presidente Prudente (1917), Presidente Bernardes (1919), Santo Anastácio (1920), Presidente Venceslau (1921) e Presidente Epitácio (1922).

Com a chegada da ferrovia e o mercado bem favorecido para a venda de café, acelera-se o processo de divisão de parte da fazenda⁷ e o avanço da cultura na região, assim como em outras do Estado, que passou a investir na cafeicultura. Considerando o rápido avanço do café no Estado de São Paulo e sua responsabilidade por grande parcela da economia do país a estrada de ferro Alto Sorocabana demonstrou ser cada vez mais importante para o desenvolvimento econômico e como fator determinante no processo de ocupação da região:

A cafeicultura e a ferrovia desempenharam papel importante na ocupação do Pontal do Paranapanema, permitindo a formação de alguns povoamentos que se elevaram à categoria de municípios e, atualmente, desempenham funções importantes na prestação de serviços para a região do Pontal do Paranapanema. (ANTONIO; FERNANDES; VALENCIANO, 2006, p. 67).

Porém, logo após a crise que abalou a economia mundial em 1929 com uma grande recessão, na região a cultura do café foi substituída pela cultura do amendoim e algodão. Além disso, outras culturas em menores escalas foram inseridas no Pontal do Paranapanema a fim de minimizar os efeitos da crise. A queda do preço do café e a situação duvidosa das terras no Pontal contribuíram fortemente para desvalorizar e desacelerar o processo de comercialização das terras na região. Porém, posteriormente, com a eleição de Getúlio Vargas à Presidência e a recuperação da economia as terras no Pontal voltam a se valorizar aumentando assim o número de ocupantes e posseiros na região⁸.

⁶ A ocupação pela infantaria paraguaia à cidade de Corumbá em 3 de janeiro de 1864 foi um dos fatos que despertou os olhos do governo brasileiro, contribuindo para acelerar o processo de ocupação do território na região Centro-Oeste e garantir a soberania nacional. Ver Leite, 1981

⁷ Algumas fazendas da divisão da Pirapó-Santo Anastácio ficaram famosas por sua elevada proporção, como a Fazenda Vale do Paranapanema, a Ribeirão Grande e Antas e a Gleba Caiuá-Veado, todas possuindo dimensão superior a 12.000 hectares.

⁸ Nessa época acirraram-se os conflitos na região. Havia um grupo de capangas especializados em expulsar outros grileiros e ocupantes.

Nesse mesmo período, Manoel Goulart acelerou o processo de divisão da fazenda Pirapó-Santo Anastácio negociando com numerosos compradores. Nesse tempo algumas propriedades griladas e compradas por especuladores eram ocupadas por intrusos com outros falsos títulos de propriedade da terra. Ocorreram relatos de grilagem em terras griladas com casos de conflitos entre grileiros pequenos e grandes grileiros que utilizavam grupos de jagunços armados para combater os pequenos ocupantes. O objetivo da venda das terras na região era promover sua valorização e assegurar a posse das terras. Porém, no transcorrer da tentativa de legalização das terras o Estado identificou mais uma vez a irregularidade das terras compreendidas no grilo mãe Fazenda Pirapó-Santo Anastácio.

Em dezembro de 1930, a Fazenda do Estado de São Paulo opõe-se à partilha da Pirapó-Santo Anastácio; em uma longa petição encaminhada ao juiz da comarca de Presidente Prudente alegando ser nulo o processo divisório... porque “os títulos originais da posse e domínio particulares sobre as terras da aludida Fazenda foram falsificados criminosamente, como fim de lesar o patrimônio do estado. Assim, (diz o opoente) todos os títulos referentes ao imóvel dividendo, desde o registro paroquial de 14 de maio de 1856, até a permuta feita, em 11 de janeiro de 1890, entre João Evangelista de Lima e Manuel Pereira Goulart, são falsos ou nulos e sem qualquer valor jurídico. Nestas condições, tais terras fazem parte do domínio do estado, como devolutas que são [...] “. (LEITE, 1981. pg. 46).

Visto que a petição foi recusada pelo juiz o Estado buscou mais indícios para provar as ilegalidades da Fazenda. Posteriormente foi identificado também a falsidade da assinatura e o reconhecimento da firma constada no registro paroquial da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio trinta anos após a morte do frei Pacifico de Monte Falco. O Estado, em 1932 e 1936, publicou notas na imprensa comunicando a periculosidade da aquisição de terras no Pontal por serem terras devolutas. Ocorreram tentativas mal sucedidas através de meios políticos visando à legalização das terras⁹. Durante o transcorrer do processo na comarca de Presidente Prudente e no fórum as matas eram derrubadas e além do avanço da pastagem para o gado bovino algumas culturas cresciam sobre a área da mata dando nova configuração à paisagem da região.

Em 1908 o coronel Manoel Goulart já hospitalizado e junto a sua mulher negociam com a Companhia dos Fazendeiros de São Paulo cerca de 70.000 hectares. Posteriormente essas terras foram oferecidas como garantia hipotecária a bancos franceses. Em 1927 a companhia fale e em 1928 seus direitos e bens são passados ao Coronel Alfredo Marcondes Cabral.

... “os direitos e ações sobre quaisquer sobras ou remanescentes da propriedade territorial denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, porventura existentes e que não foram ou não puderam ser arrecadados por estarem detidos por terceiros”. (LEITE, 1981, p. 51).

Enquanto isso, a família de Goulart deu continuidade ao processo de comercialização das terras:

⁹ A Emenda nº 47 de deputado e advogado João Carlos Fairbanks.

Enquanto os descendentes de Manoel Pereira Goulart, especialmente seu filho coronel Francisco de Paula Goulart, retalhavam e vendiam em sítios e fazendas a parte que lhes restava da Pirapó-Santo Anastácio, fazendo crescer e movimentar-se a cidade de Presidente Prudente, o Pontal do Paranapanema ia sendo morosamente penetrado e grilado, aparecendo, às vezes, um rancho perdido na solidão da mata tropical. (LEITE, 1981, p. 52).

Posteriormente Alfredo Marcondes transfere seus dois terços da antiga Fazenda Pirapó-Santo Anastácio a Heitor Xavier da Cunha e a Homero de Barros Viegas que por sua vez vende as terras à Companhia Imobiliária e Agrícola Sulamericana visto que o gerente e o presidente da empresa eram Alfredo Marcondes Cabral e José Castilho Cabral (Leite, 1981 p. 52). A Companhia acelera o processo de comercialização das terras.

Na década de 1940 inicia-se na região um amplo processo de desmatamento e ocupação agrícola para implantação de fazendas de criação de gado, cultivo de algodão e amendoim. Muitas fazendas da região foram construídas através do abuso do trabalho de posseiros e imigrantes que trabalhavam com a promessa de posteriormente poder produzir na área, mas acabavam sendo expulsos ou eliminados das terras.

Foi nessa época que surgiu a célebre figura do “quebra-milho”, capanga contratado por grandes grileiros com o fito de expulsar outros grileiros e portadores de falsos títulos de domínio, bem como os posseiros.

As demarcações de terras também passam a gerar sérias refregas, pois era freqüente descobrir-se que uma ou outra fazenda havia sido invadida por ocupantes de propriedade contígua cujos peões já haviam derrubado 200 ou 400 hectares de matas.

Não eram raros os cadáveres vistos boiando em águas dos riachos e rios do sertão sorocabano, vítimas de tocaias traiçoeiras em picadões recém-abertos. (LEITE, 1981, p. 53).

A expansão da fronteira agrícola e da criação de pasto para gado bovino provocou graves impactos ambientais, como: erosão, exaustão do solo, assoreamento dos córregos, etc. Na mesma década o Governo Estadual criou três reservas florestais para conservação da fauna e flora, sendo elas: Lagoa São Paulo, Morro do Diabo e Grande Reserva do Pontal. Dentre as reservas criadas apenas a reserva florestal Morro do Diabo restou, as outras foram consumidas pelo avanço da pastagem. O desmatamento ocorreu de maneira intensa no período de 1945-1965 contribuindo para o processo de degradação do meio ambiente e destruição das reservas florestais existentes no Pontal do Paranapanema.

A grilagem de terras continua sendo um elemento estruturante da questão agrária do Pontal do Paranapanema. Este elemento, evidentemente, gerou conflitualidades entre grileiros e camponeses. Em Santo Anastácio a Liga Camponesa estabelecida em Abril de 1946 sob influência do PCB – Partido Comunista Brasileiro representava os interesses dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais, ou seja, da classe trabalhadora rural, por consequência fortalecendo o partido na região (WELCH, 2009). Além da defesa dos interesses dos camponeses as ligas lutavam pela reforma agrária, sendo assim, vista pela classe dominante como ameaça a ordem e a propriedade privada.

A Liga fora compreendida como uma organização representativa, por parte da classe trabalhadora rural, e incômoda, por parte da classe dominante. Com a ditadura

Vargas intensificou-se a perseguição política. Em Junho de 1946 a Liga fora fechada. Também, diante das repressões do Estado, o PCB foi fechado e posto na ilegalidade obrigando a manter relações clandestinas durante a década de 1950. As ligas camponesas no Pontal foram uma breve experiência de organização e de resistência dos camponeses na luta contra a grilagem que se consolidara somente quatro décadas depois, ou seja, na década de 1990 com a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nestes quarenta anos ocorreram diversas e variadas formas de resistência dos camponeses sempre sob a perseguição implacável dos grileiros como comentaremos adiante. A questão da grilagem e da reforma agrária não foi resolvida nas décadas seguintes por um lado por causa da ditadura militar e por outro por causa do poder político dos coronéis grileiros¹⁰.

A formação do MST no Pontal do Paranapanema

Para falarmos sobre o processo de formação do MST no Pontal do Paranapanema é fundamental ressaltar algumas lutas que marcaram a experiência do movimento na região. A disputa pela fazenda Primavera teve grande importância no sentido da criação e articulação de um movimento que mais tarde formaria o MST, conforme explica Fernandes:

“Estes trabalhadores em organização, que se autodenominaram Movimento dos Sem Terra do Oeste de São Paulo, começaram então a enviar representantes aos encontros da CPT e a participar da articulação “com outros estados onde existe o Movimento dos Sem Terra (como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). (MST, 1983:37).

Esta conquista ficou, então, registrada na memória da luta e nos documentos do MST como o princípio da história da organização do Movimento no estado de São Paulo.” (FERNANDES, 1994. p. 76)

Com a conquista da Fazenda Primavera e o desenvolvimento organizacional no transcorrer da luta os movimentos passaram a intensificar a luta pela terra. A vitória “abria caminhos” para os movimentos servindo como exemplo para impulsionar e fortalecer sua luta. Era através das lutas diárias que os movimentos construía condições para a superação de problemas políticos e juntamente se construía mecanismos para troca de experiências evitando o isolamento das ações e movimentos.

É importante nos atentarmos que já havia condições mínimas de estrutura para o estabelecimento do MST como organização e comunicação com outros movimentos, organização de ações coletivas e outras que foram criadas pelo movimento que os trabalhadores denominaram de Movimento dos Sem Terra do Oeste de São Paulo e que o grupo de trabalhadores sem terra já se reconheciam como um movimento social cuja finalidade era a conquista da fazenda (território). Esta concepção de reconhecimento de um grupo como um movimento um movimento social que luta pela conquista de uma terra/território reforça a idéia do conceito de movimento socioterritorial e que estes

¹⁰ Foi neste contexto que ocorreu a deposição do Presidente João Goulart, dentre os motivos destacava-se o propósito de livrar a nação do “perigo comunista (WELCH, 2009).

existem da necessidade ou vontade de uma sociedade organizada lutando pela a conquista de um território (PEDON, 2009).

Conforme Fernandes, a CPT viabilizou condições para o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:

Neste momento da luta, a CPT articulou a aproximação dos movimentos sociais em processo de formação e os movimentos que executavam as suas primeiras experiências, como, por exemplo: o Movimento dos Sem terra do Oeste do Estado de São Paulo, trabalhadores sem terra do Pontal do Paranapanema e o Movimento dos Sem Terra de Sumaré, etc. Algumas das lideranças desses movimentos participaram das reuniões da Coordenação Regional do Sul. Inclusive uma das reuniões da Coordenação foi realizada em Araçatuba. Essa Articulação promovida com o apoio da CPT contribuiu na fundação do MST a nível nacional e para a formação do MST no estado. Assim, sob a coordenação da CPT, foi realizado no dia 1 de maio, no salão paroquial da igreja Nossa Senhora das Graças, em Andradina, o primeiro encontro com o objetivo de se organizar um movimento a nível estadual. (FERNANDES, 1994. p. 78)

A articulação dos movimentos em nível estadual alterou a forma e a dinâmica da luta pela terra. A criação de canais de comunicação com outras experiências contribuiu para a realização de ações como as ocupações de terras que ampliaram o diálogo com o Estado de um modo conflituoso, porém, eficaz.

As ocupações de terras passaram a ser a principal forma de luta pela terra. A viabilização de canais de diálogo com o Estado primeiramente era realizadas em terras do Estado, terras devolutas e latifúndios e posteriormente nas terras das corporações do agronegócio, se tornaram a principal forma de luta pela reforma agrária e, portanto, de acesso à terra (Fernandes, 2001). Sua ação se consistia em ser um instrumento de manifestação contra o latifúndio para barganhar terras e condições dignas para a reprodução social do trabalhador rural.

No Pontal do Paranapanema a luta pela terra tem suas origens na posse e ilegitimidade das terras. A história dos seus problemas fundiários surge através do processo de grilagem e inúmeras falsificações iniciando-se uma série de relações, sobretudo de poder, que mais tarde levaria a região a se tornar a primeira região dentre as regiões com os maiores números de conflitos na luta pela terra. Embora houvesse problemas acerca da legitimidade das terras sua comercialização seguiu a “todo vapor”, assim como o processo de povoamento (Leite, 1981). A propriedade privada se firmou como sinônimo de concentração de riquezas, poder e produção, tendo como conseqüências o desenvolvimento desigual e conflitos como a luta pela terra¹¹.

Na década de 1980 os conflitos na região tiveram como fator imprescindível a intensificação dos interesses do capital associados à iniciativa do Estado no tocante à dotação de infra-estrutura para benefícios do próprio capital. A construção das hidrelétricas de Porto Primavera, Rosana e Taquaruçu, prometeram promover o desenvolvimento, mas por fim resultou na demissão dos trabalhadores contratados, em enchentes nos rios e o reassentamento das famílias posseiras para áreas diante da inundação da para a construção do reservatório da hidrelétrica. Por isso a luta pela terra no Pontal possui características muito próprias.

¹¹ Data-se a existência da liga camponesa de Santo Anastácio (ver Welch 2009).

O latifúndio e o grilo são elementos importantes da história dos conflitos no Pontal do Paranapanema. A imagem do atraso dado pelo latifúndio caracteriza-se essencialmente pela concentração, expropriação e exploração. Apesar da compreensão sobre o latifúndio grilado estar associado ao atraso sua situação era vista como estratégica por parte do latifundiário no sentido de assegurar relações de poder (Fernandes, 1994; Leite, 1981). O coronelismo e o clientelismo foram práticas comuns que se refletiram no processo de formação da região evidenciando o poder político econômico dos grileiros da região, como por exemplo:

A grilagem das terras do Pontal é de conhecimento geral e faz parte da história e do imaginário social de toda a população da região. Inclusive as principais avenidas de Presidente Prudente levam o nome de dois grandes grileiros: Manoel Goulart e Coronel Marcondes. (FERNANDES, 1994. p. 82)

A consolidação do latifúndio e as demais obras do Estado deram-se através da exploração de mão-de-obra parte ludibriada e parte usada apenas como peões de obra e a pela expropriação dos pequenos posseiros que ali habitavam e que foram usados para a derrubada da mata e criação das fazendas (Leite, 1981).

Os trabalhadores explorados e expropriados que foram postos às margens da lógica do “desenvolvimento” da região passaram a se organizar com o objetivo de romper a barreira excludente imposta pelo latifúndio e pelos empreendimentos do Capital. Foi na luta contra uma realidade essencialmente desigual que os trabalhadores iniciaram a construção de uma identidade de luta pelos seus interesses:

Além das lutas de resistência dos posseiros, no início da década de oitenta emerge, também no Pontal, um novo personagem na luta pela terra: o trabalhador expropriado, expulso, excluído, marginalizado que faz parte da reserva de mão de obra à disposição dos capitalistas, que no movimento da luta foi se denominando trabalhador sem terra. (FERNANDES, 1994. p. 84)

Como parte dialética do processo de avanço do sistema capitalista no campo criou-se um movimento que negava a propriedade privada. Por saberem que a propriedade privada se constitui como a base da sociedade capitalista os trabalhadores organizados passaram a se confrontar diretamente com o latifúndio e com a o Estado por meio de ocupações de terras. Assim, as ocupações passaram a ser não somente a principal forma de acesso a terra, mas também uma maneira dos trabalhadores excluídos pelo sistema materializarem a contraditoriedade da lógica do capital por meio de uma luta que acima de tudo reivindicava melhores condições de vida:

No dia 15 de Novembro de 1983 aconteceu uma grande ocupação (aproximadamente 350 famílias) nas fazendas Tucano e Rosangela, de “propriedade” da construtora Camargo Corrêa e da empresa Vicar S/A Comercial e Agropastoril. Segundo o cadastramento feito pela Divisão Regional de Promoção Social, 46,5% eram trabalhadores desempregados das obras das hidrelétricas, 37,5% eram bóias-frias demitidos da Destilaria de Álcool Alcídia e 16% eram posseiros ilhéus e ribeirinhos atingidos por barragens. (Antonio, 1990:50). (FERNANDES, 1994. p. 84-5)

A luta dos trabalhadores sem terras do Pontal, conseqüentemente, criou um embate com a esfera jurídica da região. Apesar de o poder judiciário ouvir ambas as partes e de haver problemas de insuficiência de documentos para a comprovação e legitimidade da propriedade da fazenda a ação de despejo foi atendida prevalecendo a vontade dos latifundiários, conforme Fernandes:

No desenvolvimento da luta, os trabalhadores foram despejados uma semana após a ocupação, depois de um “complicado” processo jurídico e político que envolveu as instâncias jurídicas de Teodoro Sampaio e São Paulo. Embora o juiz de Teodoro Sampaio tenha julgado a documentação apresentada pela Imobiliária e Colonizadora Camargo Corrêa insuficiente como prova de propriedade da fazenda Tucano resolveu ouvir os ocupantes da fazenda Rosangela antes de se pronunciar, caracterizando assim uma vitória parcial dos ocupantes. A instância jurídica de São Paulo atendeu ao pedido de ação de despejo dos latifundiários. (Antonio, 1990:48 e Barbosa, 1990:110). (FERNANDES, 1994. p. 87)

Mesmo com a reintegração de posse os trabalhadores rurais não desistiram da luta pela conquista da terra. A atenção dada pelo poder jurídico era um indicativo de que havia chance de negociação e de que os trabalhadores organizados na luta poderiam atingir seus objetivos, cuja finalidade era alavancar o processo de reinserção a terra, ou seja, ao meio produção e reprodução social.

Segundo Fernandes (1994) uma ação do governador favorável aos sem terras gerou tensão entre os latifundiários e o governo estadual a tal ponto que os ruralistas ameaçaram invadir a Reserva Florestal do Morro do Diabo e a se organizarem na fundação da UDR – União Democrática Ruralista:

Em março de 1984, o governador assinou os primeiros decretos de desapropriação de uma área de 15.110 hectares para assentar as cerca de 466 famílias acampadas na SP 613. Esses decretos acirram os ânimos dos latifundiários do Pontal que declaram guerra ao governo estadual e ameaçam invadir a reserva florestal do Morro do Diabo. (Antonio, 1990:50; Barbosa, 1990: 111 e 129). Essas ocupações e as desapropriações, juntamente com outras lutas que se desenvolviam em todo o país, causaram a reação dos latifundiários que criaram a UDR – União Democrática Ruralista para a defesa de seus privilégios e interesse. (FERNANDES, 1994. p. 89.)

A conquista da terra através da desapropriação da área para assentar os trabalhadores significava uma vitória por parte do movimento, porém, iniciava-se, conjuntamente um conflito baseado na disputa territorial entre os trabalhadores sem terras e os latifundiários em que o Estado se prostrava como instituição competente para mediar esta correlação de forças. Todavia, por incompetência do Estado o conflito se tornou nítido ao ponto de os latifundiários acirrarem ainda mais as ameaças frente ao governo estadual e a disputa por terra se materializar através da criação da UDR – União Democrática Ruralista, ou seja, criarem um movimento socioterritorial representando a classe ruralista que se defende e criminaliza o movimento dos sem terra evidenciando uma luta de classes através da correlação de forças estabelecidas.

É importante lembrar que a região do Pontal é o berço da UDR paulista e forte núcleo da UDR nacional. Os latifundiários ligados à UDR não têm medido esforços para contribuir com a luta contra a reforma agrária e muitas vezes tentam minar as lutas dos trabalhadores sem terra. (FERNANDES, 1994, p. 133).

Essas experiências e desacordos conflituosos demandaram a construção de uma nova forma de luta e organização sociopolítica dos movimentos socioterritoriais. As novas práticas cotidianas visavam possibilitar a transformação da realidade como objetivo de assegurar a reprodução social do trabalhador rural. São essas novas práticas e formas de organização que mais tarde possibilitaria a formação do MST no Estado de São Paulo.

O processo de espacialização da luta pela terra promovida pelo MST no Pontal do Paranapanema

No Pontal do Paranapanema a espacialização do MST se iniciou a partir da década de 1990 tendo como apoio político o PT – Partido dos Trabalhadores, sindicatos como a FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, a CUT – Central Única dos Trabalhadores, as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base¹² como espaço de socialização política com o trabalho dos agentes pastorais (Fernandes, 1994; Feliciano, 1999) e a CPT – Comissão Pastoral da Terra com a Teologia da Libertação.

Como frisa Delwek Mateus em entrevista “a formação do MST parte da própria vivência e prática na organização dos trabalhadores pela frente de massa para realizar as ocupações de terras¹³”. Nesse primeiro momento o MST voltou suas atenções para a fundação da militância do movimento na região sob enfoques teóricos para poder melhorar a organização do movimento. Para isso a organização da frente de massa se constituía como desafio central para a consolidação do movimento no Pontal Paranapanema.

O primeiro registro de ocupação de terra do MST no Pontal ocorreu no dia 14 de Julho de 1990 no distrito Primavera no município de Rosana (Fernandes, 1994; Feliciano, 1999). As famílias oriundas de diversos municípios da região ocuparam a fazenda Nova Pontal para reivindicar a suspensão da reintegração de posse, o seqüestro da área ocupada devido ao conflito social, o adiamento do processo discriminatório das terras do Pontal do Paranapanema, o não uso da violência e o assentamento imediato de 700 famílias (Fernandes, 1994).

Essa primeira ocupação da fazenda Nova Pontal além de, por essência, questionar a “propriedade” privada e confrontar o Estado burguês tinha como consequência promover o processo de espacialização do movimento na região, sendo um momento singular e decisivo para o MST por marcar o início das suas atuações. Assim, essa experiência contribuiu para a construção de uma lógica organizativa no movimento por começar a delinear as formas de luta e ação.

Sob o intento combativo e reivindicatório o movimento trazia a tona problemas até o momento omissos e pouco debatidos e conhecidos pela sociedade. As ações além

¹² Sobre as CEBs ver Fernandes(1994) p. 54.

¹³ Entrevista concedida em fevereiro de 2010.

de seu caráter confrontativo revelavam discussões políticas visando a construção de uma identidade e o reconhecimento de uma classe social até o momento reprimida e por muitos membros da sociedade desconhecida. Este processo somente pôde ser iniciado por meio da consciência de classe realizada pela frente de massa do movimento.

A organização dos trabalhadores por meio do processo de reconhecimento dos problemas e do auto-reconhecimento viabilizou o processo de conscientização política. O acampamento se constituiu como um espaço apropriado para construir e desenvolver esse processo. Fernandes (1994) o denomina de “espaço de luta e resistência” onde são construídas as práticas de resistência e ação. Deste modo, as ações políticas contra o grilo e o latifúndio partem desta esfera de socialização política e enfrentamento. Como já mencionado, a primeira ocupação do MST no Pontal do Paranapanema serviu justamente para evidenciar essa conflituosidade:

Em 1990, no dia 14 de julho, quatrocentas famílias organizadas no MST, ocuparam a fazenda Nova Pontal, no município de Teodoro Sampaio, na região do Pontal do Paranapanema. Essa ocupação marcou o processo de territorialização do Movimento sobre um dos maiores grilos de terra do estado de São Paulo. Na primeira metade da década de 1990, o Pontal tornaria-se uma das principais 140 regiões de conflitos de terra do Brasil. O MST começava a desentranhar um grilo de mais de um milhão de hectares. Nesse tempo, o Movimento se consolidara no estado, constituindo seus principais setores: frente de massa, educação, formação, produção etc. Desenvolvia várias lutas, em diversas regiões, ao mesmo tempo. No estado, onde se defendia que os latifúndios eram áreas fictícias, conforme Graziano Neto: *“Vale a pena repetir, que nenhum dos latifúndios “por dimensão” do Estado de São Paulo sofreu ação desapropriatória do poder público, simplesmente porque não foram encontrados: eram áreas fictícias...”*(Graziano, Neto, 1989, p. 37), os sem-terra espacializaram e territorializaram a luta pela terra, derrubando essa tese. (FERNANDES, 1999. p 139-140.)

Apesar dos trabalhadores lutarem com afinco pelo direito ao acesso a terra, na ocupação da fazenda Nova Pontal a negociação foi mal sucedida terminando com o despejo das famílias na área ocupada. Vale ressaltar que o mais importante para o movimento neste momento foi a “ação contestativa”, pois esta ocupação iniciava e impulsionava os passos do MST no Pontal sob o desafio de se tentar corrigir as desigualdades socioeconômicas e as distorções da estrutura fundiária causadas pelos latifúndios grilados.

As famílias despejadas decidiram por acampar nas margens da rodovia SP 613 e posteriormente sofreram pressões tanto por parte da polícia quanto por parte dos latifundiários, cujo objetivo era desmobilizar a luta (Feliciano, 1999, 2006; Fernandes, 1994). Exemplos como estes evidenciavam ainda mais a luta de classes existente na região e as tentativas de opressão diante da ameaça da perda e contestação da legitimidade e função social da propriedade privada. Além dessa conflituosidade existente entre os trabalhadores sem terra e os latifundiários, o Estado se prostrava como um sujeito adverso aos interesses da classe trabalhadora cujas ações se materializavam em forma de repressões veiculadas por órgãos de controle como o poder jurídico e a polícia, ou seja, o Estado tomava partido frente aos interesses dos latifundiários tentando coibir as ações e a espacialização do MST:

Antes do despejo, os trabalhadores haviam decidido que iriam acampar nas margens da rodovia SP 613, nas proximidades da gleba XV de Novembro. Com o objetivo de desmobilizá-los, vários fazendeiros da região enviaram 15 caminhões e jagunços para acelerar o despejo e reconduzir as famílias para os municípios de onde vieram. Para isso, durante o despejo, os policiais obrigavam as famílias a subirem nos caminhões que tinham como destino os seus municípios. Aproximadamente 450 famílias conseguiram resistir à tentativa de desmobilização do grupo e acamparam nas margens da rodovia SP 613. A partir do dia 23 de julho, algumas das famílias “reconduzidas” voltaram para o acampamento. Este foi denominado de acampamento Novo Pontal. (FERNANDES, 1994. p. 134)

A repressão contra os trabalhadores que realizaram a primeira ocupação de terra no Pontal se estendeu até limites ainda não vistos na região. O DER – Departamento de Estrada e Rodagem requisitou pedido de reintegração de posse das margens da rodovia SP 613 implicando no despejo das famílias acampadas¹⁴. Além da fome, que era um problema que assolava a luta, a falta de expectativa de um espaço para realocação era mais uma dificuldade para o movimento.

A polícia foi mobilizada para pressionar e oprimir os ocupantes. Os policiais cercaram acampamento não permitindo a saída de nenhuma pessoa cuja saída não fosse para os caminhões que os levariam aos seus municípios de origem. Por fim, metade do grupo retornou para os municípios de origem e o resto que resistiu foi realocado para uma área da Gleba XV de Novembro. Mais tarde, por meio de negociações políticas foi possível a transferência para uma área da Secretária de da Agricultura na Rodovia SP 613.

Visando resolver os problemas do acampamento a comissão de negociação realizou audiências com diversos órgãos públicos. O resultado dessas reuniões foram algumas pequenas vitórias referentes à escola, fornecimento de cestas básicas, avanço nas ações discriminatórias, etc. Todas as conquistas dessa reunião referiram-se a medidas paliativas que serviriam apenas para amenizar o conflito.

De acordo com Fernandes (1994) após oito meses o mesmo grupo de acampados, agora denominado de acampamento João Batista da Silva, ocupou a fazenda São Bento sob posse de um famoso grileiro conhecido como Antonio Sandoval Neto. Mais tarde foi concedida a liminar de reintegração de posse para Antonio Sandoval Neto, porém os ocupantes se negaram a deixar a terra e iniciaram o processo de tombamento das terras para cultivo de feijão. Nesse tempo ocorreram tentativas de pedido de seqüestro do imóvel. Mais tarde o despejo das famílias foi suspenso, porém, após discussão veiculada pela mídia o juiz voltou atrás em sua decisão e requisitou a reintegração da posse. Após negociação com a polícia os acampados resolveram se transferir para uma área da FEPASA – Ferrovia Paulista S.A.

Depois de algumas tentativas de negociação com o Estado no dia 15 de novembro os trabalhadores voltaram a reocupar a fazenda São Bento. Antonio Sandoval Neto entrou com o pedido de reintegração de posse e as famílias tiveram que deixar a área. Porém, os trabalhadores se utilizaram de uma nova estratégia. Passaram apenas a ocupar a área para realizar o cultivo. Nesse sentido, o grileiro passou a vigiar a área com jagunços para não permitir o acesso a terra:

¹⁴ Segundo Fernandes (1994), para realizar esse despejo foram mobilizados 800 policiais. Pg. 135

O conflito era o trabalho. Os jagunços tinham ordens para impedir que os trabalhadores plantassem. De certa forma, a situação estava fora do controle da Polícia Militar que registro queixas das duas partes envolvidas. Os trabalhadores acusavam os jagunços e o grileiro acusava os trabalhadores. (FERNANDES, 1994. p. 139).

Este fato marca um momento interessante na história da luta pela terra pela necessidade de mudança de estratégia por parte dos trabalhadores. Diante da impossibilidade de acampar na área os trabalhadores criaram uma nova estratégia para driblar as limitações jurídicas impostas. Essa nova prática também revelava que o problema não era somente em se manter a posse da terra, mas nas relações de trabalho que ali estavam sendo desenvolvidas.

Mais tarde, depois de muitas lutas, o Governador Fleury requisitou parte da fazenda São Bento para abrigar os trabalhadores pelo período de 180 dias. O grileiro entrou com uma liminar e conseguiu a suspensão do decreto firmando um embate na esfera jurídica entre o proprietário e o Estado. Enquanto esse processo se desenvolvia decidiu-se que uma área equivalente a 10 há seria reservada para que os trabalhadores montassem o acampamento.

No mesmo período, em outra ação os trabalhadores ocuparam a fazenda Santa Clara. O suposto proprietário da fazenda entrou com o pedido de despejo e o comandante da polícia militar negociou com os líderes do MST a saída das famílias que posteriormente foram transferidas para outra área da FEPASA.

Em outubro do mesmo ano os trabalhadores de ambos os acampamentos organizaram uma marcha de saída de Mirante do Paranapanema indo até Presidente Prudente. Ao chegar a Presidente Prudente os trabalhadores ocuparam o prédio do Instituto de Terras e se reuniram com representantes do Estado. Após, os trabalhadores retornaram para os acampamentos com promessas que não seriam cumpridas.

No mês de novembro foram realizadas mais duas ocupações na fazenda Santa Clara e o tombamento de terras para cultivo. O tombamento da terra servia para evidenciar o interesse que os trabalhadores tinham em ter um espaço/território para poder produzir e se reproduzir socialmente através do trabalho.

Em Janeiro de 1992 o grileiro Antonio Sandoval Neto pediu a reintegração da posse após o vencimento dos 180 dias determinados pela justiça, sendo que a polícia realizou o despejo. Porém, com o intuito de se fortalecer e se defender o MST com seus advogados consegue uma liminar que garantisse a permanência das famílias em uma área de 10 hectares. Esta liminar foi uma conquista fruto de um embate travado na esfera política que além de garantir a permanência na área com amparo legal servia também de estímulo para que promoção da luta pela terra na região, assim, fortalecendo o movimento e suas ações.

Em Abril o MST reocupa a fazenda São Bento e ocupa a fazenda Canaã com famílias mobilizadas através da divulgação da luta. Os proprietários requereram a reintegração de posse e as famílias despejadas acamparam no ramal ferroviário originando o acampamento intitulado 1º de Maio que em seguida ocupou as fazendas Flor Roxa e a Washington Luiz.

Com o aumento da mobilização o MST passou a pressionar mais o Estado através das manifestações em terras devolutas. Em resposta à pressão exercida pelo movimento e com o objetivo de combater a luta os latifundiários articulados em uma associação conseguiram organizar um processo contra as lideranças dos movimentos resultando em um mandato de prisão preventiva contra oito lideranças do MST na

região tendo como acusação principal a formação de um bando (quadrilha) e a incitação de ocupações (Fernandes, 1994).

No mesmo dia havia sido marcada uma audiência com o juiz para interrogar as lideranças por crime de desobediência à liminar de despejo, porém, a estratégia era que assim que as lideranças fossem presas e acusadas por formação de quadrilha assim que elas chegassem. A Advogada do MST suspeitou da estratégia e se organizou juntamente com o STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirante do Paranapanema para prevenir que isso ocorresse. Como forma de uma contra-estratégia os acampados realizaram uma vigília na praça matriz de Mirante do Paranapanema.

Em 30 de Julho de 1992 as famílias que ocuparam as fazendas Flor Roxa e Washington Luiz foram despejadas. No final de outubro as famílias reocuparam as fazendas Flor Roxa e Santa Clara sendo que da primeira fazenda foram despejadas e na segunda ocorreu uma negociação para permanência das famílias na área plantada.

Mais tarde, em novembro de 1992 foi concedido “*habeas corpus*” contra a prisão preventiva das lideranças e a suspensão do mandato de prisão. No mesmo mês os ocupantes da fazenda Flor Roxa foram presos em flagrante mas soltos uma semana depois por serem réus primários.

Em Janeiro de 1993 o Estado indeniza as benfeitorias da fazenda Santa Clara e inicia a criação do Assentamento Santa Clara onde seriam assentadas cerca de 300 famílias. Este assentamento foi a primeira vitória do MST na região do Pontal do Paranapanema, portanto, marcou não somente como uma conquista, mas como o primeiro produto de uma conflituosa disputa (luta de classes) que possibilitasse a construção e a criação de estruturas para o desenvolvimento de relações amparadas em uma lógica oposta ao sistema capitalista firmando, assim, o território camponês através de um processo de recriação do campesinato. A correlação de forças estabelecidas e muitas vezes sublevadas ao plano político evidenciou uma compreensão básica da perspectiva dialética que é trabalhada no processo de construção de uma consciência crítica realizada pela frente de massa na qual o conflito é ação fundamental, ou seja, o entendimento de que o conflito é elemento necessário, inerente e estruturante para o processo de desenvolvimento (Fernandes, 2009).

No dia 23 de Janeiro de 1993 fora realizada uma reunião organizada pelo prefeito de Mirante do Paranapanema com os representantes das diferentes partes de interesse, entre elas estavam: o MST, a Associação dos Proprietários Rurais do Pontal do Paranapanema, os prefeitos da UNIPONTAL, a Procuradoria do Estado e representantes do ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Na reunião o MST apresentou sua proposta de arrecadação de 23.000 para assentar 1.200 famílias e os ruralistas apresentaram uma proposta de regularização das propriedades onde parte das propriedades seriam concedidas para a criação de assentamentos rurais, contudo essa parte era relativa e variava de acordo com o tamanho da propriedade.

O ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo, analisou a proposta dos ruralistas e constatou a impossibilidade visto que a arrecadação de terras seria insuficiente para assentar a soma de famílias acampadas. Em fevereiro fora realizada outra reunião com a apresentação de uma nova proposta que regularizaria as áreas de até 500 hectares e o restante seria repassado para o Estado, que desta maneira arrecadaria uma quantidade de áreas equivalente a 25.991 hectares. Segundo Fernandes (1994) esta proposta atingiria apenas 17 grileiros que dominam 65% das terras devolutas do 11º perímetro.

No mês de fevereiro de 1993 famílias dos acampamentos João Batista da Silva, Primeiro de Maio e outras da região ocuparam a fazenda São Bento. A ocupação contou

com o apoio de prefeituras por haver a expectativa de acordo entre o Estado e os latifundiários. Porém, na ocupação os jagunços receberam os ocupantes com armas e violência acarretando no retorno de algumas famílias, mas não na desistência da ocupação e luta pela desapropriação da fazenda.

No dia 8 de março de 1993 as famílias desocuparam a fazenda São Bento devido a reintegração de posse e acamparam nas margens do ramal da FEPASA. Essas famílias se reuniram em um único acampamento formando a União da Vitória com trabalhadores da região do Pontal do Paranapanema, da Nova Alta Paulista e 18 municípios do norte do Estado do Paraná. Para suportar tamanho contingente de trabalhadores o acampamento contava com farmácia, escolas, tanques de abastecimento de água e óleo diesel, etc.

Para realizar a luta o movimento na região se organizava com os seguintes setores: Frente de Massa, Finanças, Formação, Educação, Núcleo, Produção e Jornal. Era através dessa estrutura em setores que se tornou possível a manutenção e organização vivência no acampamento e a realização da luta pela terra. Devido à irregularidade da participação das famílias nas reuniões os trabalhadores acabavam excluídos das discussões e decisões políticas que terminavam por serem tomadas pelas lideranças. Desta maneira a massa de trabalhadores era mobilizada pelas lideranças quando se realizavam as assembleias.

Os trabalhadores, em assembleia, decidiram por continuar acampados e plantando na fazenda São Bento e continuar acampados na área da FEPASA. O cultivo na área e os mutirões para plantio e tombamento tinham como objetivo pressionar o Estado para a desapropriação da área evidenciando a necessidade da terra para a subsistência. O dono da área pediu reintegração de posse e fora concedida, porém pelo fato de os trabalhadores estarem fora da área da fazenda se estabelecia um impasse visto que não havia quem despejar. Por isso, o latifundiário ameaçou destruir o trabalho dos acampados e os trabalhadores se organizaram em uma vigia para que o grileiro não realizasse o ato.

Como forma de repressão e meio de obter informações a polícia violentou e torturou um assentado, apelando para uma ação criminosa cuja finalidade era de adquirir conhecimento sobre os integrantes, a estrutura e os objetivos do movimento visando criminalizá-lo:

A situação do impasse permaneceu e os trabalhadores continuaram trabalhando. Neste mesmo mês, um trabalhador do assentamento Santa Clara foi preso por policiais dos municípios de Colorado, Santo Inácio e Itaguapé no Paraná e torturado na Delegacia de Polícia de Itaguapé. Durante a sessão de tortura, os policiais interrogaram o trabalhador para que falasse sobre a forma de funcionamento do acampamento e fornecesse os nomes das principais lideranças do MST. O trabalhador foi abandonado nas margens da rodovia próxima ao assentamento. O trabalhador foi internado na Santa Casa de Presidente Venceslau e os exames do legista registraram várias lesões no corpo. (FERNANDES, 1994, p. 152)

O MST acusou a polícia de estar vinculada aos interesses dos latifundiários, pois os trabalhadores viram policiais reunidos com os proprietários da fazenda Canaã. Esse tipo de acontecimento evidenciava a disputa política existente no campo e que em muitos casos mecanismos ilegais como a violência eram utilizados para a obtenção de meios de se fazer uma lei, por mais injusta que esta fosse.

Em junho o MST ocupa a fazenda Canaã, mas logo é concedida a liminar de reintegração de posse e as famílias acampam às margens do ramal ferroviário desativado da FEPASA.

Os trabalhadores continuaram a realizar ocupações de terras na fazenda São Bento e a cultivar. No dia do Trabalhador Rural ocorreu uma celebração com padres dos municípios da região e do norte do Paraná, porém a participação dos padres fora proibida pelo bispo Dom Antonio Agostinho Marochi da Diocese de Presidente Prudente, cuja finalidade da proibição era “não acirrar os ânimos” (Fernandes, 1994).

A luta pela fazenda São Bento continuou até 1994 com muitos conflitos e ameaças. Parte deste episódio se encerra quando no dia 28 de março foi assinado o acordo para pagamento das benfeitorias da fazenda. O documento de acordo previa as seguintes condições:

- Pagar a importância de CR\$ 3.316.880.976,26 (três bilhões, trezentos e dezesseis milhões, oitocentos e oitenta mil, novecentos e setenta e seis cruzeiros e vinte centavos), fixados em audiência, que os réus aceitam como indenização integral pelas benfeitorias necessárias e úteis que realizaram nos imóveis rurais;
- O pagamento seria feito em três parcelas mensais de CR\$ 1.105.626.992,09 (um bilhão, cento e cinco milhões, seiscentos e vinte e seis, novecentos e noventa e dois reais e nove centavos);
- Os réus entregarão a posse mansa e pacífica dos imóveis em epigrafe, concomitantemente com o recebimento da terceira e última parcela pactuada, ou seja, no dia trinta (30) de junho do corrente ano;
- A partir da integralização do pagamento das parcelas avençadas, os réus reconhecem o domínio e a posse da autora sobre as áreas objeto da demanda, bem como sobre todas as benfeitorias nelas existentes, renunciando a todo e qualquer direito que pudessem lá exercer;
- As partes arcarão com os honorários de seus respectivos patronos e assistentes técnicos.

O documento foi homologado pelo procurador do estado Sérgio Nogueira Barhum e pelo advogado Daniel Schwenck na audiência de conciliação, instrução e julgamento sobre o processo 204/92 promovido pela Fazenda do Estado de São Paulo tendo como réus Antonio Sandoval Neto e outros.

Após a realização de 25 ocupações de terras e a participação de 3.220 famílias em ocupações de terras e o pagamento das benfeitorias sua desapropriação foi considerada uma grande vitória para o movimento na região. Esta conquista resultou mais tarde no PE São Bento com 182 famílias assentadas.

Estes anos foram fundamentais e decisivos na criação do MST na região. Nos demais anos ocorreram outras experiências que contribuíram para a luta, mas a partir de 1993 o MST já tinha uma organização básica, estruturando a sua base nos acampamentos e assentamentos e com os setores criados conforme a necessidade do movimento: produção, educação, saúde, finanças, comunicação, frente de massa, etc. Essa organização contribuía para que o movimento pudesse continuar atuando com mais eficiência.

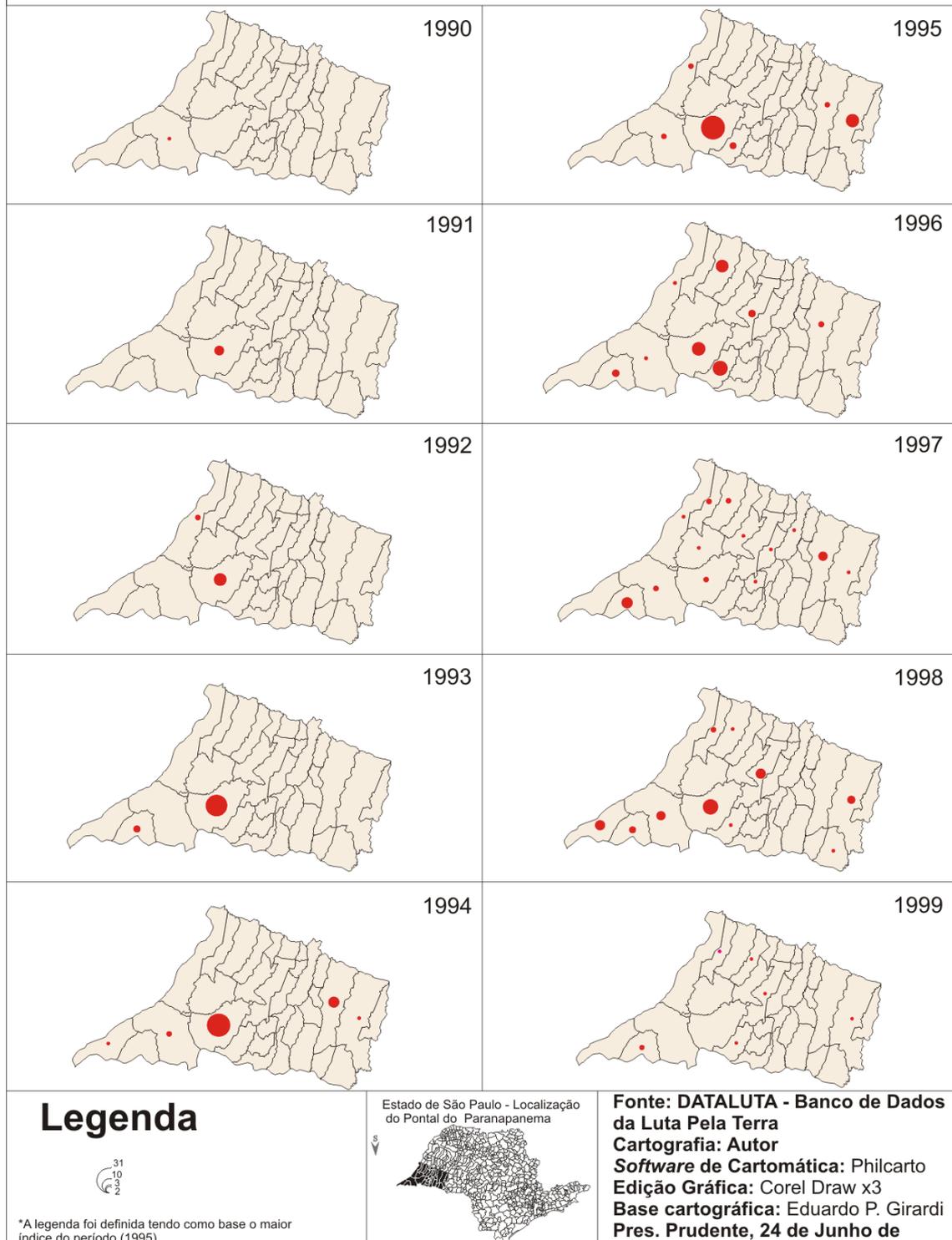
No transcorrer dos anos o número de ocupações de terras continuaram crescendo e sendo um meio de negociação e reivindicação com o Estado, assim como a sua atuação em demais municípios. Para melhor ilustrar as ocupações de terras e o processo de espacialização da luta pela terra elaboramos um conjunto de mapas do período 1990-2008 com os dados do DATALUTA e uma tabela do período de 1990-2009, conforme as figuras 1 e 2 e na tabela 1.

Tabela 1 - Pontal do Paranapanema - MST - Número de Ocupações e Famílias em Ocupações por Município - 1990-2009

Município	Nº OCUPAÇÕES	%	Nº FAMÍLIAS	%
Alfredo Marcondes	0	0,00	0	0,00
Álvares Machado	2	0,44	94	0,12
Anhumas	0	0,00	0	0,00
Caiabu	0	0,00	0	0,00
Caiuá	12	2,61	784	1,01
Emilianópolis	0	0,00	0	0,00
Estrela do Norte	0	0,00	0	0,00
Euclides da Cunha Paulista	36	7,84	5.701	7,36
Iepê	3	0,65	280	0,36
Indiana	0	0,00	0	0,00
João Ramalho	1	0,22	20	0,03
Marabá Paulista	11	2,40	3.459	4,47
Martinópolis	26	5,66	1.129	1,46
Mirante do Paranapanema	149	32,46	30.343	39,17
Nantes	1	0,22	300	0,39
Narandiba	3	0,65	348	0,45
Piquerobi	2	0,44	63	0,08
Pirapozinho	6	1,31	840	1,08
Presidente Bernardes	30	6,54	2.480	3,20
Presidente Epitácio	18	3,92	1.704	2,20
Presidente Prudente	4	0,87	620	0,80
Presidente Venceslau	24	5,23	1.046	1,35
Rancharia	22	4,79	4.517	5,83
Regente Feijó	0	0,00	0	0,00
Ribeirão dos Índios	0	0,00	0	0,00
Rosana	10	2,18	1.070	1,38
Sandovalina	33	7,19	11.282	14,56
Santo Anastácio	8	1,74	954	1,23
Santo Expedito	0	0,00	0	0,00
Taciba	0	0,00	0	0,00
Tarabaí	1	0,22	400	0,52
Teodoro Sampaio	57	12,42	10.032	12,95
Total	459	100,00	77.466	100,00

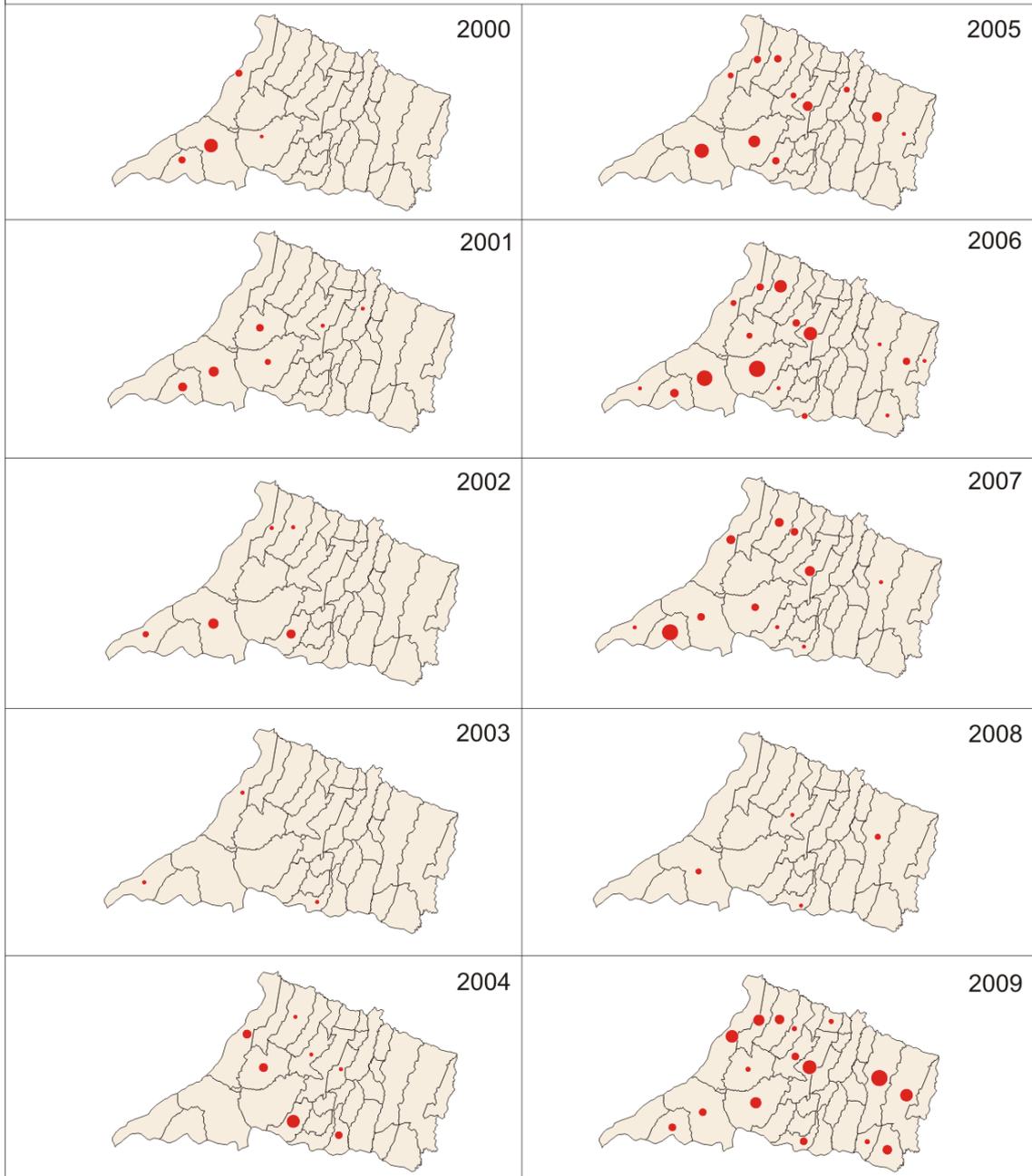
Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2010.

**Figura 1 - Espacialização da Luta pela Terra no Pontal do Paranapanema
- 1990 - 2008**
Municípios com ocupações de terras



**Figura 2 - Espacialização da Luta pela Terra no Pontal do Paranapanema
- 1990 - 2009**

Municípios com ocupações de terras



Legenda



*A legenda foi definida tendo como base o maior índice do período (1995)

Estado de São Paulo - Localização do Pontal do Paranapanema



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra
Cartografia: Autor
Software de Cartomática: Philcarto
Edição Gráfica: Corel Draw x3
Base cartográfica: Eduardo P. Girardi
Pres. Prudente, 24 de Junho de

A Luta pela terra no Pontal do Paranapanema na atualidade

As transformações territoriais do campo brasileiro originadas pelo avanço do modo capitalista de produção, sobretudo materializado na imagem do agronegócio canavieiro e da soja, exigiram mudanças nas formas e práticas de luta e resistência dos movimentos camponeses. Conseqüentemente esse processo ocasionou a fragmentação dos movimentos em formas de dissensões e, portanto, em uma diversidade de tendências político-ideológicas às quais os respectivos projetos políticos se vinculam.

Como produto da contraditoriedade deste processo aumentou o número de movimentos camponeses atuantes entre o período de 2000-2009. Por causa das tensões e variações políticas e às especificidades territoriais, registrou-se a atuação de 101 movimentos camponeses no Brasil, sendo que somente no ano de 2009 houve a atuação de 27 movimentos enquanto no ano de 2000 foram registradas apenas de 18 movimentos (DATALUTA, 2010).

Esse processo nos remete a indagações acerca das diferenças político-ideológicas dos movimentos camponeses na luta pela e na terra e da diversidade de territórios construídos tanto pelos movimentos quanto pelas políticas de desenvolvimento territorial em suas diversas escalas¹⁵ e dimensões: ambiental, cultural, econômica, política e social (Haesbaert, 2004). Estas diferenças e diversidades criam e recriam estratégias distintas de espacialização e territorialização dos movimentos que, por conseguinte, engendrarão novos espaços e territórios que precisam ser melhores estudados para a compreensão da realidade agrária brasileira.

Segundo Fernandes (2000) os movimentos socioterritoriais no processo de espacialização e territorialização da luta pela terra criam espaços e territórios. A espacialização da luta pela terra é entendida como o registro do processo da luta no espaço social e a territorialização é a conquista do território através da luta pela terra, no qual a luta continuará com o objetivo de resistir na terra (Fernandes, 1994). Portanto, entendemos os acampamentos, como espaços de socialização política (Fernandes, 1996), e compreendemos a organização e estrutura dos movimentos, sob o enfoque da espacialização, e dos assentamentos onde estão territorializados e organizam a produção, para entender a ordenação das relações de trabalho após o processo de conquista da terra.

Na atualidade, o Pontal do Paranapanema é uma das regiões com maior número de conflitos por terra no país, marcado pela disputa territorial dos movimentos camponeses com o latifúndio/agronegócio que evidencia uma patente luta de classes movida pelas contestações da legitimidade da posse da terra. Entre o período de 1988-2009 registrou-se 744 ocupações e 101.275 famílias em ocupações de terras, entre 1984-2009 foram 111 assentamentos rurais criados e 6.111 famílias assentadas, com a participação de 25 movimentos socioterritoriais durante o período de 2000-2009.

Para compreendermos a atual conflitualidade na região é fundamental entender o processo de grilagem e a metamorfose da terra devoluta para a constituição da “propriedade” privada possibilitando, assim, entendermos a formação dos latifúndios (Leite, 1981). A leitura do processo de grilagem e da disputa territorial, se realizada sob o enfoque da conflitualidade, nos possibilita vislumbrar com maior clareza a luta de classes estabelecida na região e expressa na luta pela terra promovida pelos movimentos camponeses diante das investidas do modo capitalista de produção no campo.

¹⁵ Tomamos como referência a abordagem multiescalar de Fernandes (2008) para fundamentar a de multiterritorialidade.

Neste contexto, compreendemos a conflitualidade no campo como produto da questão agrária que por sua vez se origina nas contradições estruturais do modo capitalista de produção (Fernandes, 2009). Essa conflitualidade na região do Pontal do Paranapanema começou com a desenfreada grilagem das terras que se iniciou no séc. XIX e ainda hoje se expressa na configuração socioterritorial em forma de concentração fundiária, expropriação, exploração e desigualdade socioeconômica da região.

O “grilo” e o latifúndio são partes importantes da história do Pontal do Paranapanema para compreender a realidade da região e principalmente a origem da conflitualidade. A imagem do atraso dado pelo latifúndio caracteriza-se pela concentração, exclusão e baixa produtividade. Práticas como o coronelismo e o clientelismo marcaram o passado da região e persistem até hoje, contribuindo eficazmente para manter a concentração, promover a exclusão e assegurar formas para que novas faces do capitalismo se desenvolvam (Leite, 1981; Thomaz Jr., 2007).

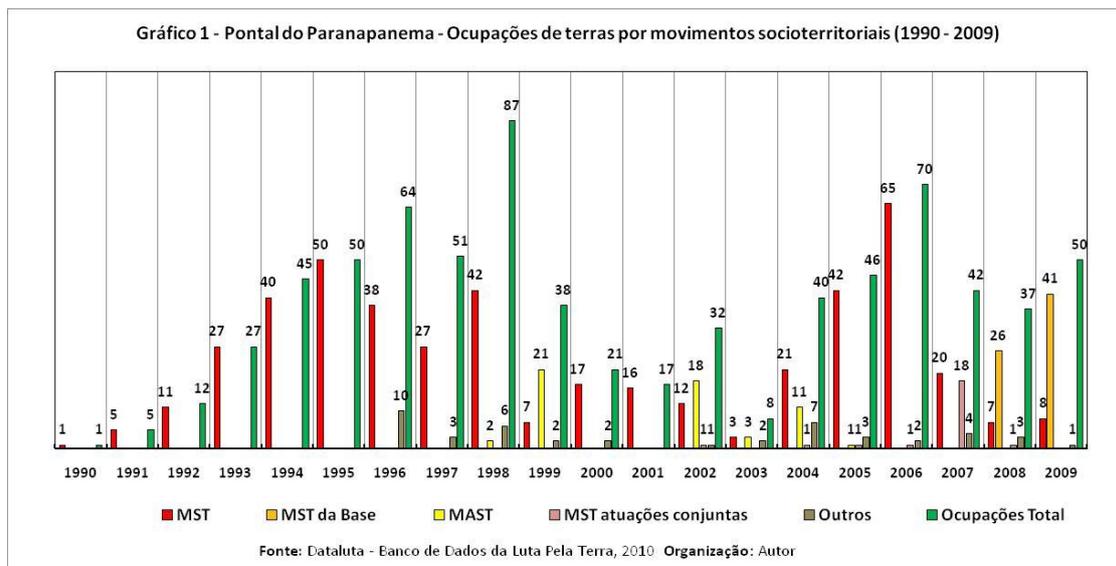
Atualmente, também caracterizado pela concentração, o agronegócio tem causado diversas mudanças na configuração socioterritorial do Pontal do Paranapanema. De acordo com Thomaz Junior (2007) essas transformações expressam o caráter mais perverso do avanço do capital em forma: de precarização das relações de trabalho dos cortadores de cana, assalariamento dos assentados da região no corte da cana, tentativas de legalização das terras griladas através do Projeto de Lei 578/2007, avanço da cana-de-açúcar nos assentamentos rurais, etc. A imagem da modernização e do desenvolvimento avança sobre as terras griladas concentrando, explorando, excluindo pela intensa produtividade e se conflitando com os movimentos socioterritoriais pelos seus projetos políticos distintos (Fernandes, 2009; Thomaz Jr., 2007).

Deste modo, estabelece-se uma disputa territorial entre os movimentos socioterritoriais e o agronegócio territorializado sobre parte das terras griladas pelos antigos latifúndios caracterizando assim a monopolização do território pelo capital (Oliveira, 1986). As investidas do capital monopolista materializada pelo agronegócio através da expansão da monocultura da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema aumentam a diversidade de territórios e potencializa o processo de fragmentação dos movimentos socioterritoriais em forma de dissensões.

No início da década de 80 no Estado de São Paulo a luta pela terra era realizada por movimentos isolados¹⁶ tendo a articulação coordenada pela CPT – Comissão Pastoral da Terra. Em 1985 o MST se territorializou na região de Campinas e Itapeva com o apoio da CUT – Central Única dos Trabalhadores e posteriormente por todo o estado com a consolidação do Movimento (FERNANDES, 1994; 1999). As ocupações de terras como principal forma de luta pela terra eram primeiramente realizadas em terras públicas, terras devolutas e latifúndios e posteriormente passaram a ser realizadas nas terras das corporações do agronegócio tornando-se a principal forma de luta pela reforma agrária e, portanto, de acesso à terra (Fernandes, 2001).

No Pontal do Paranapanema, como já mencionado, os processos de espacialização e territorialização do MST se iniciaram em 1990 e no transcorrer dos anos a intensificação das atuações do MST na região a reafirmou como uma das regiões com o maior índice de conflitos na luta pela terra em todo o país. Durante o período 1990-2009 foram registradas 743 ocupações de terras, sendo que 459 (61,77%) foram realizadas somente pelo MST e 23 (3,09%) foram ocupações conjuntas com o MST, 56 (7,53%) ocupações realizadas pelo MAST, 67 (9,01%) ocupações realizadas pelo MST da Base e 46 (6,19%) ocupações realizadas por outros movimentos (Gráfico 1).

¹⁶ Fernandes (1999) denominou de movimentos isolados, os movimentos que atuavam em escala local.



Na luta pela terra, sobretudo para os processos de espacialização e territorialização, as ocupações são parte importante por se configurarem como um mecanismo que viabiliza a criação de espaços de luta e de resistência no bojo da conflitualidade gerada na questão agrária. Juntamente às ocupações o acampamento é um elemento importante na luta pela terra por ser o espaço de socialização política da qual se originam a maioria das decisões e ações políticas dos movimentos como, por exemplo: as ocupações, manifestações, marchas, etc. (Fernandes, 1996). Este modo de ver e analisar a ação política dos movimentos socioterritoriais contribui para entender a necessidade que as famílias camponesas sem terras têm em conquistar um território para a sobrevivência, principalmente porque estas famílias também estão em processo de criação, recriação e reprodução enquanto classe social (Sobreiro Filho, 2010).

O estudo da espacialidade gerada por essa luta nos permite também analisar e compreender a disputa por determinada porção territorial entendendo o território como um espaço multidimensional construído pelas relações sociais, sobretudo de poder, revelando as contradições do modo de produção e os complexos processos que envolvem a relação homem/terra/território na produção no e do espaço/território (Fernandes, 2008).

Inseridos nesta conflitualidade os movimentos camponeses, principalmente o MST como importante sujeito político que luta pela reforma agrária na região, são exemplos da luta para a conquista de uma fração do território como espaço para a sobrevivência e para isso torna-se necessário a luta pela terra e o confronto contra os modelos concentracionistas e monocultores. Ou seja, a luta dos movimentos socioterritoriais camponeses materializada nas ocupações de terras é o ponto mais evidente da luta de classes no campo e disputa territorial traçada entre a conquista e resistência do território camponês diante do território do capital.

No bojo dessa complexa disputa socioterritorial e multidimensional criam-se diferenças e divergências político-ideológicas dentro dos movimentos socioterritoriais que podem acarretar em uma diversidade de territórios pautados em projetos políticos diferentes. Essas diferenças são frutos de dissidências¹⁷ dentro dos movimentos

¹⁷ Seu sentido refere-se, na maioria das vezes, a aspectos políticos/ideológicos. Por isso, na busca de definições identificamos que seu significado está diretamente relacionado à “ruptura” com uma idéia ou acordo/contrato social. Sua origem provém do termo Latim “*Dissensio*” que tem diversos significados e

socioterritoriais e conseqüentemente criam distintas relações de enfretamento, resistência ou vinculação ao capital no tocante à conquista e gestão do território e produção.

Na ocorrência de uma dissensão em um movimento socioterritorial¹⁸, formando dois grupos ou um novo grupo, um rompe com todos ou parte dos ideais estabelecidos no antigo grupo. Esse processo pode ser também resultado de alterações decididas pela maioria dos sujeitos participantes que em alguns casos ocorre pela intenção de reformulação dos princípios cujas intenções são de aumentar a resistência afirmando os princípios ou de integração como o caso do MST da Base (Sobreiro Filho, 2010) e do MAST (Feliciano, 1999, 2004). Esta ação está relacionada à definição de objetivos diferentes que nortearão a cotidianidade da luta, ou seja, as práticas e provavelmente em alguns casos poderão se estender à gestão do próprio território dirigido pela lógica de um projeto político¹⁹ construído pelo movimento socioterritorial. (Fernandes, 1994; Feliciano 1999).

Podemos compreender nitidamente a ocorrência do processo de fragmentação dos movimentos no Pontal do Paranapanema por ser uma área com várias dissensões ao transcorrer da luta pela terra. O MST – Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra é o movimento com maior tempo de atuação na região e o movimento do qual se iniciaram as dissensões na região. Segundo Fernandes (1999) e Feliciano (1999), em 1998 o MAST foi criado pela social democracia se tornando a principal dissidência do MST na região. No transcorrer dos anos diversas dissensões foram acontecendo no interior dos movimentos socioterritoriais. Logo em seguida, o MAST se destaca por ter como dissidentes os movimentos: ARST – Associação Renovação Sem terra, MBUQT – Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra, MNF – Movimento Nova Força, MTV – Movimento Terra Viva, MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Uniterra (Lima, 2006). Estas dissidências evidenciam o processo fragmentário dos movimentos na região. A atuação destes movimentos é representada no quadro 1, no qual registrou-se durante o período 2000-2009 a atuação de 25 movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema, sendo que nos últimos anos temos registrado uma diversidade maior de movimentos socioterritoriais.

sinônimos como: divergência de opiniões, de interesses, de sentimentos; disputa; desarmonia; desavenças; diversidade de opiniões; discórdia; contraste; desinteligências e dissentimento.

¹⁸ Sobre o conceito de movimentos socioterritoriais ver Fernandes 2005.

¹⁹ De um modo geral, o projeto político é um elemento fundamental para todos os movimentos socioterritoriais principalmente porque este definirá a sua relação homem/terra/território/espço. Além de delinear os objetivos, a postura, as formas de luta e resistência, ele também será o responsável pela caracterização do movimento no sentido de fornecer para a sociedade elementos para interpretar a sua procedência em relação às dimensões política, econômica, cultural, ambiental e social.

Quadro 1 – Pontal do Paranapanema– Número e Nome de Movimentos Socioterritoriais que Realizaram Ocupações no Período 2000 – 2009

2000
3 Movimentos Socioterritoriais
FETRAF, MBUQT, MST
2001
1 Movimento Socioterritorial
MST
2002
3 Movimentos Socioterritoriais
MAST, MCST, MST
2003
4 Movimentos Socioterritoriais
MAST, MNF, MST, MTSTCB
2004
7 Movimentos Socioterritoriais
ARST, MAST, MPT, MST, MTB, MTV, MUST
2005*
4 Movimentos Socioterritoriais
MAST, MST, MLT, MUB
2006*
5 Movimentos Socioterritoriais
MAST, MBUQT, MLST, MST, Unidos pela Terra
2007*
8 Movimentos Socioterritoriais
CONTAG, CTV, CUT, FERAESP, MAST, MST, MTB, UNITERRA
2008
11 Movimentos Socioterritoriais
CONTAG, FETRAF, MAST, MST, MST da Base, MLST, MTB, MTST, MTRSTB, UNITERRA, VIA CAMPESINA
2009
11 Movimentos Socioterritoriais
CONTAG, CUT, FERAESP, FETRAF, MAST, MLST, MLT, MST, MST daBase*, MTST, UNITERRA
Total no período²⁰ = 25

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2010. www.fct.unesp.br/nera

Diante da diversidade de movimentos socioterritoriais com diferentes projetos políticos para com o território conquistado ou a se conquistar é que compreendemos a necessidade da construção de um referencial teórico-metodológico que nos possibilite diferenciar os movimentos camponeses sob o enfoque geográfico. Esta caracterização dos movimentos socioterritoriais se fundamenta na compreensão de que cada movimento com suas especificidades organizacionais podem levar a diferentes

²⁰ Para calcular o total de movimentos socioterritoriais que participaram no período, comparamos ano a ano somente os movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações. Essa comparação não é acumulativa, ou seja, não é realizada a partir da soma do número de movimentos apurados durante o período de 2000-2008.

construções de territórios e territorialidades, diversos projetos políticos para com a sociedade e formas distintas de reprodução social e disputa territorial (Sobreiro Filho, 2010).

Neste contexto, a dissensão é parte importante por ser a ação responsável por criar diferentes mecanismos de recriação do campesinato com sua luta e território vinculados a diferentes tendências político-ideológicas. Estas tendências conseqüentemente levam os movimentos a diferentes modos de se espacializar e se territorializar.

Conforme Fernandes (2009) os territórios são produtores e produzidos por relações sociais distintas e disputados cotidianamente tanto no campo material quanto imaterial. Assim, compreendemos a diversidade territorial partindo da relação homem-espaço tendo como elemento central a intencionalidade dos diferentes projetos políticos de cada movimento socioterritorial. Portanto, o território e os movimentos socioterritoriais são juntos tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada desta análise. Contudo, deve-se ficar claro que não podemos nos restringir somente à compreensão do território como espaço de governança, mas entendê-lo, também, em sua multidimensionalidade e diferencialidade para a compreensão das diversidades e das conflitualidades da disputa territorial (Fernandes, 2008). Deste modo, outro conceito fundamental para que possamos compreender a diversidade territorial é o de territorialidade. Optamos por trabalhar este conceito como o resultado do processo de produção constante de cada território destacando-o como fundamental para a construção da identidade e da organização da sociedade (SAQUET, BRISKIEVICZ, 2009).

Como dissidência importante na luta pela terra no Pontal do Paranapanema destaca-se o MAST – Movimento dos Agricultores Sem-Terra, que foi fundado por Enilson Simões de Moura (o Alemão) em 19 de Março de 1998 no município de Rosana – SP. Sua formação deve à articulação da DSD - Social Democracia Sindical do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira com novos movimentos dissidentes do MST, dentre eles: Movimento Sem-Terra Rosana, Brasileiros Unidos Querendo Terra, Movimento Esperança Viva, Movimento da Paz, Movimento Terra Brasil, Movimentos Unidos pela Paz, Movimento da Paz Sem-Terra, Movimento Sem-Terra do Pontal e Movimento Terra da Esperança (Feliciano, 1999).

Sua base política e econômica foi inicialmente garantida pela SDS com uma política contrária a da CUT – Central Única dos Trabalhadores. A estrutura teórica do movimento está baseada nas concepções da social democracia de Alexis Tocqueville. Assim, no momento de sua criação o MAST defendia dois elementos principais: 1-) a defesa de um sistema político de caráter liberal-democrático, isto é, com *voto, partidos políticos livres, direitos políticos amplos e intransferíveis*, e; 2-) a defesa de um sistema econômico baseado na existência de mercado. Apesar de sua vinculação ao governo FHC – Fernando Henrique Cardoso no seu processo de formação, atualmente o movimento não tem mais vínculos estreitos com o PSDB, ou seja, suas relações com o governo e partido estavam diretamente ligadas ao momento político de ruptura e conflito do governo federal com o MST e vice-versa.

Conforme Feliciano (1999) esta postura não apresenta nada de novo, apenas se alia com a postura do governo em seu caráter liberal-democrático. Essa aliança se materializa no seu vínculo e na defesa das instituições liberais-democráticas relacionada a determinado momento político. A essência da estrutura política e ideológica do movimento naturalmente caracteriza um desacordo com os princípios do MST. Enquanto o MAST se demonstra como um movimento pacífico e “domesticado”, em

sua posição política, o MST visa a superação do sistema revelando divergências nos métodos, práticas e modos de se conduzir a luta.

Outro movimento dissidente que cada vez mais vem se consolidando na região é o “MST da Base”. Esta denominação foi dada ao grupo de trabalhadores rurais sem terra que estão articulados na luta pela terra sob a liderança de José Rainha Junior desde 2003 (Sobreiro Filho, 2010). É um movimento dissidente do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e foi criado com uma frente de massa consolidada, considerando a experiência histórica de seu criador. Atualmente mantém acampamentos em alianças com vários movimentos, entre eles: MAST – Movimento dos Agricultores Sem-Terra; MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra; MTB – Movimento Terra Brasil; União dos Movimentos Sociais Pela Terra - UNITERRA, sindicatos de trabalhadores rurais de Andradina, Presidente Venceslau e Marabá Paulista e com a FAAAPOP – Federação das Associações dos Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista.

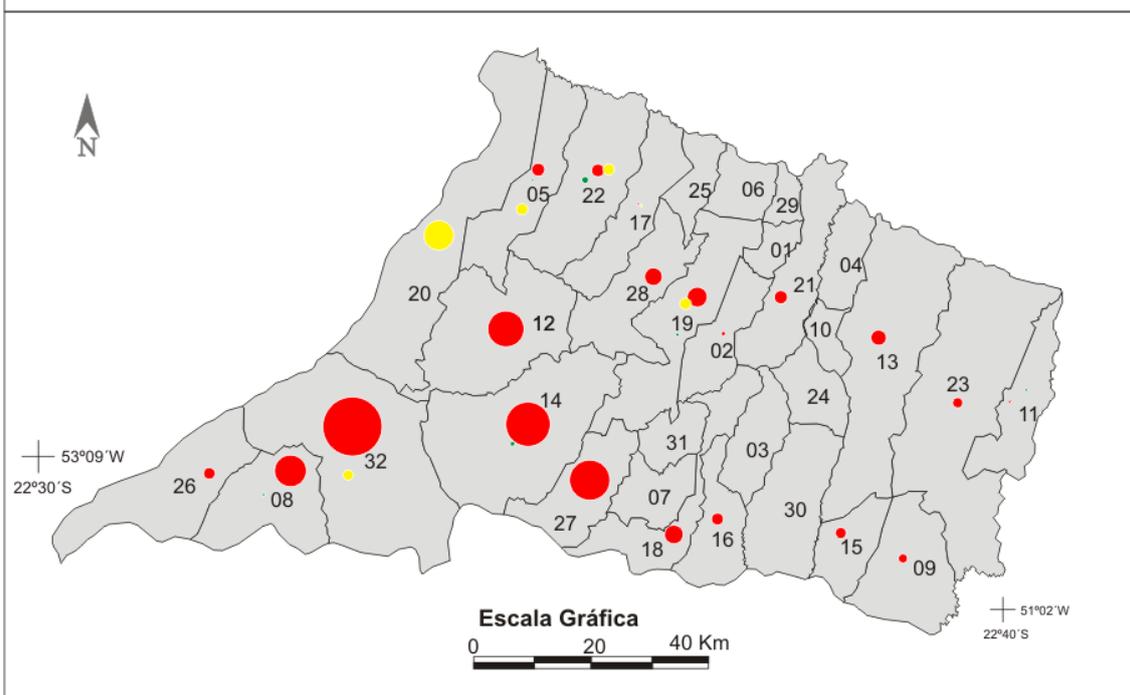
A estrutura organizacional desse movimento expressa a experiência da liderança de José Rainha Junior e de sua esposa Diolinda Alves de Souza. Seria impossível compreender a estrutura, história e ação do movimento separadamente da personalidade de José Rainha Junior. Sua participação no MST provinha da natureza da sua militância e história no movimento sindical e na igreja. No MST José Rainha Junior se destacou como liderança do setor de frente de massas fazendo acampamentos e sendo reconhecido como o líder que mais fazia ocupações de terras. Foi protagonista de muitas ocupações e manifestações do MST. Foi preso várias vezes²¹, debateu com lideranças da UDR – União Democrática Ruralista, foi reconhecido pelos jornais e revistas como o principal militante do MST (Welch, 2009) e reconhecido nacionalmente e internacionalmente como um dos personagens mais populares da luta pela terra. No transcorrer dos anos foram muitas as ações do MST dirigidas por José Rainha. Por isso destacou-se no movimento até seu afastamento. José Rainha fora afastado em 2003 da direção do MST sob a alegação de isolamento, de não cumprir as normas da direção.

Mesmo afastado José Rainha continua realizando ocupações e atuando em nome do MST. O MST da Base se consolidou como uma dissidência importante no Pontal do Paranapanema. Seu projeto político esta atrelado à candidatura a Presidência de Dilma Roussef que seguirá as mesmas tendências do governo Lula. Assim, deve-se ficar claro que o MST da Base não é o MST. É diferente em vários aspectos (Sobreiro Filho, 2010).

A atuação do MST, MST da Base e MAST nos anos de 2008 e 2009 somam o total de 82 ocupações de terras e 4.050 famílias em ocupações, destacando-se o MST da Base como o mais atuante com 67 ocupações de terra e 2.595 famílias em ocupações. Suas atuações podem ser vistas nos mapa 1 onde representamos a atuação dos movimentos por municípios durante o período de 2000-2009.

²¹ José Rainha e Diolinda Alvez de Souza foram condenados a dois anos de prisão com direito a cumprirem em regime aberto por formação de quadrilha. Sua condenação refere-se a comandar 2.500 trabalhadores rurais sem terras a ocupar a fazenda São Domingos em Sandovalina no ano de 1995. (Cubas, 2009. p. 33)

**Mapa 1 - Pontal do Paranapanema - Geografia dos Movimentos Socioterritoriais - 2000-2009
MST, MST da Base e MAST - Número de famílias em ocupações - Por município**

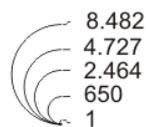


Índice de Municípios

01 - Alfredo Marcondes	13 - Martinópolis	25 - Ribeirão dos Índios
02 - Álvares Machado	14 - Mirante do Paranapanema	26 - Rosana
03 - Anhumas	15 - Nantes	27 - Sandovalina
04 - Caiabu	16 - Narandiba	28 - Santo Anastácio
05 - Caiuá	17 - Piquerobi	29 - Santo Expedito
06 - Emilianópolis	18 - Pirapozinho	30 - Taciba
07 - Estrela do Norte	19 - Presidente Bernardes	31 - Tarabai
08 - Euclides da Cunha Paulista	20 - Presidente Epitácio	32 - Teodoro Sampaio
09 - Iepê	21 - Presidente Prudente	
10 - Indiana	22 - Presidente Venceslau	
11 - João Ramalho	23 - Rancharia	
12 - Marabá Paulista	24 - Regente Feijó	

Legenda

Número de famílias em ocupações por município



Calcula-se 4 pessoas por família

* Denominação dada ao movimento organizado por José Rainha Junior

Movimentos

- MST
- MAST
- MST DA BASE

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra

NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
www.fct.unesp.br/nera

Cartografia: Autor

Software de Cartomática: Philcarto
Base cartográfica: Eduardo Paulon Girardi

Fonte de dados :CPT, OAN e DATALUTA (NERA)

Apoio: CNPq, FAPESP e PROEX/UNESP
Presidente Prudente, Setembro de 2010.

Considerações finais

Devido ao seu complexo processo de ocupação, envolvido de inúmeras ilegalidades referente à legitimidade da posse da terra e conflitos, o Pontal do Paranapanema se tornou uma das regiões mais conflituosas do país onde a disputa territorial pode ser historicamente notada.

O surgimento do MST no Pontal do Paranapanema contribuiu efetivamente para dar início ao processo de regularização das terras e realização da reforma agrária na região. O processo de espacialização da luta pela terra se fez importante por contestar a

legitimidade da posse da terra e evidenciar uma demanda existente por terra, mantendo a Reforma Agrária sempre em pauta. Após inúmeras lutas, sobretudo, através das ocupações de terras algumas vitórias serviram de exemplo, motivação e contribuíram para fortalecimento das experiências na região. No transcorrer das lutas, a conquista de um assentamento não só fortaleceu o movimento por territorializar a luta pela terra mas também evidenciou a possibilidade de conquista e a necessidade de se realizar a reforma agrária na região.

A atuação dos movimentos camponeses e sua diversidade político-ideológica é um reflexo da lógica contraditória e desigual de desenvolvimento do capitalismo. As tentativas de integração perversa do capital sobre os movimentos socioterritoriais em forma de cooptação geram externalidades para as demais dimensões do espaço alterando-o e reconfigurando-o. Deste modo, aquilo que parecia ser apenas um embate ideológico travado no território imaterial assume forma e materialidade com a aplicação do projeto político e diferenciação nas práticas da luta pela terra.

O conflito materializado nas ocupações de terras se apresenta como elemento fundamental para a criação, re-criação e desenvolvimento do campesinato e dos diversos movimentos socioterritoriais na região do Pontal do Paranapanema. Processos como a dissensão contribuem para o entendimento da diversidade político-ideológica e dos impactos do sistema capitalista na luta pela terra sob diferentes enfoques: cooptação, submissão e alienação. O Projeto Político revela a perspectiva de futuro de cada movimento sobre o seu território e o modo como planeja organizar e conduzir os meios e modos de produção e vida de forma coletiva ou individual. Deste modo fica mais fácil compreendermos a postura de cada movimento socioterritorial camponês na relação homem/terra/território em suas diversas dimensões (política, econômica, cultural, social, ambiental, etc.).

Entender a parcela de participação dos movimentos socioterritoriais e dos territórios camponeses no sistema metabólico do capital é fundamental para que possamos pautar uma discussão sobre os projetos políticos dos movimentos socioterritoriais desde a integração à lógica neoliberal até a luta o processo emancipatório (Mészáros, 2007). Estas discussões mediadas pelos trabalhos de campo e pelos constantes diálogos com os referenciais teóricos nos permitirão debater a partir dos movimentos socioterritoriais os processos que asseveram a conflituosidade e contraditoriedade do capitalismo no campo, como: cooptação dos movimentos sociais, a submissão dos territórios e dos camponeses, a integração, reificação, alienação e o estranhamento. Esse conjunto de processos nos possibilitará entender como se dá a luta e resistência ou integração dos movimentos diante da lógica capitalista.

Diante desta atual situação, algumas questões certamente nortearão o nosso debate acerca dos movimentos socioterritoriais camponeses daqui por adiante, como, por exemplo: Quais as conseqüências da fragmentação dos movimentos socioterritoriais na luta pela terra? Quais as diferentes estratégias de espacialização e territorialização da luta pela terra traçada pelos movimentos? O território do campesinato tem seguido a linha de enfrentamento ou integração ao agronegócio? Quais as perspectivas dos movimentos para a luta pela e na terra no Pontal do Paranapanema? Como tem se dado a organização da produção e o relacionamento com o mercado na região?

Por fim, evidenciamos que é de suma importância estudar e entender as alterações na dinâmica da luta pela terra, sobretudo, os processos de cooptação, dissensão e criação de novos movimentos socioterritoriais camponeses, sobretudo, porque produzirão novos territórios e territorialidades, sendo estes atores fundamentais para se compreender a atualidade da questão agrária.

Referencial bibliográfico

CUBAS, Tiago Egídio Avancio. **Estudo da contribuição da imprensa na representação dos camponeses e ruralistas no Pontal do Paranapanema de 1998 a 2008**. 107 f. Monografia (curso de Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2009.

FELICIANO, Carlos Alberto. **A Geografia dos Assentamentos Rurais no Brasil: O MST e MAST no Pontal do Paranapanema/SP**. 131 f. Monografia (curso de Geografia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 1999.

_____. **Movimento Camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo. Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **A Ocupação como forma de acesso à terra**. In: XXIII, Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, 2001, Washington – DC, 2001.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra MST (1979-1999)**. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1999.

_____. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. 218 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 1994.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Observatório Social de América Latina., v. 16, pp. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Luta pela Terra: Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Edira Unicamp. Campinas, 2009.

_____. **Sobre a tipologia de territórios**. In. SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo. p. 197-215. Expressão Popular, 2009

_____. [org.] **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Clacso - Editora Expressão Popular, 2008.

_____; WELCH, Clifford Andrew; CLEPS, João & FABRINI, João Edmilson. **Relatório DATALUTA 2009**. Presidente Prudente, NERA, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente. Hucitec, 1981.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Os Movimentos Sociais de Luta Pela Terra e Pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema (SP): Dissidências e Dinâmica Territorial**. 2006. 120 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

MÉSZÁROS, Istvan. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo. Editora Boitempo, 2007.

MONBEIG, Pierre. - **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. . 235 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

SAQUET, Marco Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. **TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE: UM PATRIMÔNIO NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

SILVA, Anderson A.; FERNANDES, Bernardo M.; VALENCIANO, Renata C. **RIST – Relatório de Impactos Socioterritoriais**. Presidente Prudente. Unesp, 2006.

SOBREIRO FILHO, José. **Os MST's do Pontal do Paranapanema: dissensão na formação dos movimentos camponeses**. 2010. Relatório de pesquisa – FAPESP. http://www4.fct.unesp.br/nera/projetos/relatorio_nino2.pdf

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de Heróis! (A Civilização da Barbárie na Agroindústria Canavieira)**. Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 8, n. 2, p. 05-25, dez. 2007.

WELCH, Clifford Andrew. **Mobilização camponesa no Pontal: retratos de permanências e transformações de relações sociais no campo, 1946 – 1996**. http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/1artigodomes_2009.pdf, acessado em 10 de abril de 2009.